



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
SUBSECRETARIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS
MULHERES
NÚCLEO DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA E AOS AUTORES DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PROJETO NÚCLEO DE ATENDIMENTO À FAMÍLIA E AOS AUTORES DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

NAFAVD

Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência
Doméstica

PORTARIA 216/2011 - DEPEN - MJ

Novembro de 2011
Brasília/DF

SUMÁRIO

	PÁGINA
1. APRESENTAÇÃO	
1.1 Título/nome do projeto	3
1.2 Organização (ões) responsável (is)	3
1.3 Abrangência do projeto	3
1.4 Linha programática do projeto	3
1.5 Resumo.....	3
 2. CONTEXTO.	
2.1 Missão/objetivo da(s) organização (ões) responsável (is)	4
2.2 Contextualização/diagnóstico/justificativa	4
2.3 Participantes do projeto	6
2.3.1 Rede de parceiros (forma de gestão).....	6
2.3.2. Equipe responsável.....	6
2.3.3 Público alvo.....	7
 3. ORGANIZAÇÃO DO PROJETO	
3.1 Objetivo geral	8
3.2 Objetivos específicos	8
3.3 Ações	8
3.4 Metas/ resultados esperados	8
3.5 Metodologia	10
 4. SUSTENTABILIDADE	
4.1 Como as organizações vão participar do projeto	12
4.2 Como o projeto pretende interagir com políticas públicas.....	13
4.3 Como o projeto será divulgado/comunicação	13
 5. AVALIAÇÃO DO PROJETO	
5.1 Como o Projeto pretende realizar avaliações processuais?	14
5.2 Como o Projeto pretende avaliar os resultados?	14
 6. CRONOGRAMA	18
 7. RECURSOS FINANCEIROS	
7.1 Orçamento resumido.....	24
7.2 Detalhamento dos custos.....	25
 8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	29
 9. PLANO DE APLICAÇÃO	31
 10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	32

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Núcleos de Atendimento às Famílias e aos Autores de Violência Doméstica - NAFAVDs

1.2 Organização(ões) responsável (eis)

Organização proponente: Governo do Distrito Federal

Nome: Governo do Distrito Federal

Endereço: Palácio do Buriti

CEP: 70075-900. Brasília - DF

Telefone: (61) 3961 -4420

E-mail: sh.gab.gov@buriti.df.gov.br

CNPJ:00.394.601/0001-26

Nome do responsável: Agnelo Santos Queiroz Filho

Cargo: Governador do Distrito Federal

O projeto será executado pelo Governo do Distrito Federal uma vez que a recém criada Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal ainda não possui um CNPJ próprio.

1.3 Abrangência do projeto

Estado: Distrito Federal

Regiões Administrativas: Brasília, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Santa Maria, Gama e São Sebastião.

1.4 Linha programática do projeto

Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica

1.5 Resumo do projeto

O Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica - NAFAVD - é um programa desenvolvido pelo Governo do Distrito Federal através da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal com foco na responsabilização e educação de autores de violências contra as mulheres. Atualmente, existem nove NAFAVDs funcionando em diferentes regiões administrativas, sendo que a equipe técnica apresenta um quadro insuficiente para atender as demandas decorrentes de encaminhamentos dos JECrims e Juizados Especializados na Violência Contra as Mulheres. Além disso, não há equipamentos eletrônicos e de informática suficientes para o registro e controle adequado dos dados de atendimentos e nem para a utilização nas intervenções das sessões em grupo com os homens. O presente projeto visa aprimorar e aumentar a capacidade atual dos NAFAVDs de acompanhamento dos homens encaminhados pelos Tribunais de Justiça do Distrito Federal a partir de processos relacionados às violências contra as mulheres, enquadrados na Lei 11.340/06. Para isso, além da aquisição de materiais de informática, pretende-se a contratação de 27 profissionais, obedecendo a Proposta para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, da Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres. Os contratados com a verba deste convênio atuarão nos NAFAVDs exclusivamente no acompanhamento e intervenção

com os homens autores de violências domésticas encaminhados judicialmente. Com os profissionais contratado, a meta é acompanhar 750 homens no período de dezoito meses durante a vigência do convênio. O acompanhamento consiste no acolhimento e participação dos homens em 12 sessões em grupos psico-educativos com abordagem de gênero e voltados para a responsabilização dos mesmos pelas violências cometidas contra as mulheres. Todos os contratados passarão por capacitação nas questões de gênero, feminismos e masculinidades. Serão adquiridos materiais de informática para permitir melhor desempenho das atividades administrativas e o aprimoramento das intervenções técnicas com os homens nos núcleos. O projeto também prevê a articulação dos trabalhos com homens nos NAFAVDs na Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Distrito Federal e a participação nas redes sociais das regiões administrativas. Os dados referentes às intervenções com os homens serão avaliados de maneira quantitativa e qualitativa a partir dos registros e entrevistas elaboradas com os agentes da justiça, parceiros da rede, com as vítimas e com os próprios autores das violências usuários do serviço.

2. CONTEXTO [JUSTIFICATIVA]

2.1 Missão/objetivo da(s) organização (ões) responsável (is)

A Secretaria de Estado da Mulher do Governo do Distrito Federal tem como missão defender e ampliar os direitos da mulher por meio da formulação, implementação e integração de políticas públicas, na perspectiva da emancipação e transformação social. O NAFAVD é um serviço disponibilizado pela Secretaria de Estado da Mulher que integra a Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher do Distrito Federal ao oferecer acompanhamento a homens autores de violência doméstica contra mulheres. O trabalho fundamenta-se na visão da violência de gênero enquanto violação dos direitos humanos, promovendo a responsabilização dos homens pelas violências cometidas e a reflexão sobre formas alternativas à violência para a resolução de conflitos.

2.2 Contextualização/diagnóstico/justificativa

O Núcleo de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica - NAFAVD - é um programa da Secretaria de Estado da Mulher que atua em parceria com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O programa trabalha com a responsabilização e reeducação de homens autores de violência doméstica encaminhados pelas instâncias judiciárias. Atualmente, há nove NAFAVDs em funcionamento nas Promotorias ou Fóruns de Justiça em diferentes regiões administrativas do DF, são elas: Plano Piloto, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Santa Maria e Gama. Como a maioria dos Fóruns atende a mais de uma região administrativa, no total os NAFAVDs atendem a demandas de encaminhamentos judiciais referentes a casos de violências contra mulheres registrados em quase todo o DF. Os números referentes às violências contra as mulheres, em todas as instâncias sociais, demonstram que a situação exige um empenho maior do Poder Público na consecução de políticas que efetivamente reconheçam e intervenham na violência familiar e doméstica. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) divulgou que o número de relatos de violência recebidos pela Central de Atendimento à Mulher aumentou 22,3% em 2008, em relação ao ano anterior. Em 2008, foram 24.523 chamados registrados, sendo que o Distrito Federal foi o campeão em ligações, totalizando 351,9 atendimentos para

cada 50 mil mulheres. Estudos demonstram as graves consequências da violência doméstica tanto para as vítimas e autores, quanto para a sociedade e o erário. O auxílio à vítima é algo de importância inquestionável, bem como a necessidade de trabalhar as características e processos presentes nas relações violentas. No entanto, Saffioti (2004) ressalta que não é possível a mudança radical quando se trabalha exclusivamente com a vítima, e afirma: *“Sofrendo esta (a vítima) algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece o que sempre foi, mantendo seus habitus, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos vêem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta”*

(Saffioti, 2004, p. 68). As intervenções psicossociais com homens autores de violência doméstica são recentes e apareceram a partir da década de 70, como fruto da evolução dos estudos e idéias feministas que, ao promoverem uma ampliação do significado do conceito *gênero*, passaram a evidenciar a construção relacional e a organização social das diferenças entre os sexos. Dessa forma, o contexto político e acadêmico criado a partir da expansão das ações do movimento feminista abriu espaço para as denúncias das violências domésticas contra as mulheres, para o desenvolvimento de programas de atenção às vítimas, e culminou na percepção da necessidade de incluir os homens nas ações de combate a essas violências. Corsi (2006) define que as intervenções com os homens não devem seguir um modelo tradicional de psicoterapia, pois o processo de socialização desses homens privilegia a racionalização dos seus sentimentos, o que não propicia que eles busquem auxílio quando estão em dificuldades e que desenvolvam habilidades de comunicação pautadas no respeito. Dessa forma, não é esperado dos homens a busca por auxílio terapêutico espontaneamente quando estão com problemas relacionais e afetivos. Pelo contrário, eles tendem a negar, minimizar e justificar seus comportamentos violentos. Dessa forma, segundo Corsi (2006), o atendimento a homens autores de violências conjugais deve acontecer no contexto institucional, preferencialmente jurídico e privilegiar os atendimentos em grupo. A intervenção deve pautar-se na perspectiva de gênero para a compreensão do problema considerando o desequilíbrio de poder na relação entre homens e mulheres, ou seja, deve observar o fenômeno da violência de gênero como problema social. A inclusão do homem em grupo com outros autores de violências contra mulheres neutraliza seus mecanismos habituais de minimização, de atribuição de seus atos a causas externas e de desresponsabilização das consequências de suas condutas. O homem pode então começar a perceber-se incluído dentro de um conjunto de homens que compartilham formas de sentir, pensar e agir. Conseqüentemente, pode começar a ver nos outros alguns comportamentos que não percebe em si mesmo como violentos (Corsi, 2006). No Distrito Federal, o trabalho de responsabilização e reeducação de homens autores de violência doméstica iniciou-se em 2003 quando foi criado o primeiro Núcleo de Atendimento à Família e aos Autores de Violência Doméstica, o NAFAVD, então vinculado ao Conselho dos Direitos da Mulher do DF. Este programa, assim como o próprio Conselho, foi incorporado pela recém-criada Secretaria de Estado da Mulher, responsável também pelos programas dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher e da Casa Abrigo do Distrito Federal. Desde a sanção da Lei 11340/06, os NAFAVDs atuam em consonância com os artigos 35 e 45 desta lei, que reiteram sobre a importância dos trabalhos de educação e de reabilitação para os agressores. Os NAFAVDs apresentam atualmente a necessidade de ampliar seus quadros de profissionais para atender de maneira mais adequada a demanda, decorrente de encaminhamentos dos homens realizados a partir de processos judiciais relacionados a violências contra as mulheres. A possibilidade de conseguir novos profissionais e mais recursos materiais, além de contribuir para melhores condições de acompanhamento dos homens nos NAFAVDs já existentes, possibilitará a abertura de mais um NAFAVD na região administrativa de São Sebastião, a partir do remanejamento dos profissionais que já atuam nos NAFAVDs. A

partir dessas mudanças, espera-se ampliar o número de atendimentos aos homens nos NAFAVDs e a ampliação da abrangência do projeto, o que significará um ganho para a população do Distrito Federal. O desenvolvimento de metodologias de intervenção com homens autores de violência doméstica contribuirá ainda para o desenvolvimento de estratégias inovadoras para o enfrentamento à violência contra as mulheres no país. O trabalho desenvolvido hoje pelos NAFAVDs é facilitado pela parceria já consolidada com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pela excelente localização dos Núcleos, descentralizados pelo DF para facilitar o acesso da população ao serviço. Os desafios enfrentados pelo programa dizem respeito principalmente a consolidar um diálogo mais constante com os magistrados. Em decorrência disso, é que esse projeto se propõe a fortalecer as relações com os sistemas de justiça, a fim de conscientizar promotores, juízes e operadores do direito da importância do encaminhamento dos homens autores de violência doméstica aos serviços de responsabilização e educação.

2.3 Participantes do projeto

2.3.1 Rede de parceiros (forma de gestão)

O Distrito Federal assinou no final do ano 2010 o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. A Secretaria de Estado da Mulher do Governo do Distrito Federal coordena de forma articulada os seguintes serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra às Mulheres: Casa Abrigo, Centros de Referência de Atendimento às Mulheres e os NAFAVDs. Dessa forma, o NAFAVD já trabalha em parceria com esta rede de serviços para encaminhamentos das mulheres que sofreram violência doméstica e familiar. Os NAFAVDs estão inseridos também nas redes sociais comunitárias. Dessa forma, quando identificadas necessidades de encaminhamentos para os serviços da rede, os mesmos são feitos a partir de relatórios técnicos ressaltando as vulnerabilidades identificadas. Atualmente os NAFAVDs realizam encaminhamentos para os serviços de saúde que intervêm na questão da dependência química, como os CAPS AD, Hospital Universitário de Brasília e grupos de alcoólicos anônimos. Em relação a transtornos mentais são feitos encaminhamentos aos CAPS, ao Hospital São Vicente e ao Instituto de Saúde Mental, ISM. Também poderão, ao fim dos acompanhamentos, serem realizados encaminhamentos a grupos de terapia comunitária que atuam nas regiões onde residem os homens acompanhados. Outro parceiro dos NAFAVDs é o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a partir da assinatura do Termo de Cooperação Técnica P.A. nº. 08/190.001901/08-10, em março de 2009. Foi realizada, deste modo, possível a expansão do NAFAVD para outras oito localidades do DF. Essa parceria foi importante ao configurar uma maior capilaridade dos serviços para o acesso do público alvo. Com este projeto, pretende-se oficializar parcerias que hoje já existem com os Centros Especializados de Referência da Assistência Social enquanto opção de encaminhamento das famílias em que forem identificadas vulnerabilidades sociais.

2.3.2. Equipe responsável

A partir das novas contratações que serão realizadas com a verba deste convênio, cada NAFAVD terá uma equipe mínima de 2 psicólogos, 1 técnico administrativo ou 1 agente social, 1 assistente social e 1 pedagogo. Já estão disponíveis nos NAFAVDs como quadro atual: 9 psicólogos, 2 assistentes sociais e 9 agentes sociais. Após o término do contrato, a equipe voltará a desempenhar as atividades com a capacidade atual de atendimentos. Os profissionais contratados **serão lotados nos nove** NAFAVDs localizados no Plano Piloto, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Ceilândia, Núcleo Bandeirante, Brazlândia, Santa Maria e Gama.

Ressalta-se que os profissionais contratados com a verba deste convênio trabalharão exclusivamente nas intervenções com os homens autores de violências domésticas atuando na promoção da responsabilização e desenvolvimento de alternativas às violências para resolução dos problemas familiares. Para isso, os profissionais que serão contratados participarão do acolhimento dos homens encaminhados, elaboração das sessões em grupos psico-educativos reflexivos com abordagem de gênero sob a supervisão do coordenador do projeto, encaminhamentos dos homens para a rede de Assistência Social, Saúde e Trabalho, elaboração dos relatórios parciais e de encerramento, além da participação nas reuniões de supervisão semanais. Os profissionais também participarão das reuniões com as redes locais de enfrentamento à violência contra as mulheres. As demais atribuições e intervenções que são realizadas nos NAFAVDs, como atendimento às mulheres e crianças, entre outras, permanecerão sendo desenvolvidas pela equipe atual de servidores efetivos que compõem o quadro de recursos humanos dos NAFAVDs. A contratação dos novos profissionais permitirá também a abertura de um novo NAFAVD na região administrativa de São Sebastião. Isso será possível a partir do remanejamento de profissionais do quadro efetivo do NAFAVD, sendo assegurado que os profissionais contratados com a verba deste convênio trabalharão exclusivamente na intervenção com os homens e que as demais atividades dos NAFAVDs serão desenvolvidas pelos profissionais do quadro efetivo. As funções dos profissionais contratados com a verba do convênio serão apresentadas abaixo:

Coordenador: responsável pela seleção dos profissionais que serão contratados. Organização da capacitação. Coordenação das reuniões técnicas. Acompanhamento e avaliação dos trabalhos em cada NAFAVD. Articulação com os parceiros dentro do poder judiciário e demais parceiros da rede. Coordenação e acompanhamento do processo de avaliação periódica do serviço e avaliação final dos resultados.

Psicólogos: acolhimento em grupo e/ou individual. Facilitação dos grupos reflexivos. Elaboração da condução dos encontros do grupo reflexivo. Articulação e contato com a rede de atendimento. Registro das atividades técnicas. Visitas domiciliares e/ou institucionais. Participação nas reuniões técnicas. Relatórios técnicos para o sistema de justiça. Acompanhar os encaminhamentos para o Sistema Único de Saúde e/ou organizações não governamentais, no que tange as problemáticas do abuso de álcool e outras drogas.

Serviço Social: acolhimento em grupo e/ ou individual. Atendimento individual. Facilitação dos grupos reflexivos/educativos relacionadas à temática da violência de gênero, direitos humanos, saúde, assistência social, sistema de justiça e família. Articulação e contato com a rede de atendimento. Registro das atividades técnicas. Visitas domiciliares e/ou institucionais. Participação em reuniões técnicas. Elaborar e encaminhar relatórios técnicos para o sistema de justiça. Acompanhar os encaminhamentos para o Sistema Único de Saúde e/ou organizações não governamentais, no que tange as problemáticas do abuso de álcool e outras drogas.

Profissional de Ciências Sociais: Avaliação das condições sociais e comunitárias onde estão inseridos os NAFAVDs. Sensibilização dos agentes jurídicos sobre as questões de gênero e dos aspectos inerentes ao acompanhamento psicossocial de autores de violência doméstica contra a mulher. Participação no processo de avaliação e monitoramento do projeto. Participação nas reuniões técnicas semanais.

Pedagogos: Facilitação dos grupos de educação e de responsabilização dos autores de violências domésticas contra as mulheres. Elaboração da condução dos encontros do grupo reflexivo. Registro das atividades técnicas. Participação na articulação das redes locais de enfrentamento à violência contra a mulher. Articulação das palestras com as Regionais de Ensino. Participação nas reuniões técnicas semanais. Elaborar e emitir relatórios técnicos para o sistema de justiça.

2.3.3. Público alvo

O público alvo dos atendimentos é constituído por homens encaminhados pelos Tribunais de Justiça do Distrito Federal a partir de processos relacionados à violência contra as mulheres, enquadrados na Lei 11340/06. Com base no Termo de Cooperação Técnica P.A. nº. 08/190.001901/08-10 assinado com o MPDFT, os autores de violências domésticas contra as mulheres serão encaminhados para o acompanhamento nos NAFAVDs. Os encaminhamentos serão realizados a partir das audiências, por proposição dos promotores ou dos juízes, nos moldes atuais de encaminhamentos ao NAFAVD, com registro em ata de audiência. Ressalta-se que desde março de 2004 os NAFAVDs prestam acompanhamento a homens autores de violências contra as mulheres encaminhados em audiências nos Juizados Especiais Criminais e nos Juizados Especializados na Violência Contra a Mulher, mesmo antes da Lei Maria da Penha, no caso dos Juizados Especiais Criminais. Está prevista para este semestre a reformulação do Termo de Parceria dos NAFAVDs com O MPDFT em que será proposto que os Núcleos Psicossociais do TJDFT proponham aos magistrados o encaminhamento de homens para o cumprimento de acompanhamento no programa desenvolvido pelos NAFAVDs. Já foram realizadas reuniões entre a coordenação dos NAFAVDs e os coordenadores dos núcleos psicossociais do MPDFT e do TJDFT para a elaboração de protocolos de encaminhamentos aos NAFAVDs. Dessa forma, o acompanhamento e as intervenções com os homens autores das violências serão realizados enquanto eles ainda estiverem vinculados aos processos enquadrados na Lei Maria da Penha. Além disso, faz parte do trabalho de coordenação dos NAFAVDs manter o diálogo constante com os promotores e juízes responsáveis pelos Juizados competentes, bem como aprimorar cada vez mais as parcerias que foram desenvolvidas nos últimos sete anos com os serviços psicossociais do MPDFT e do TJDFT. A previsão é que sejam atendidos e acompanhados, no período de vigência do convênio, 750 homens encaminhados judicialmente, visando a responsabilização e educação sob o enfoque de gênero e a promoção de alternativas à violência para a resolução de conflitos domésticos. Tendo em vista que a violência doméstica é refletida em toda a dinâmica familiar, acreditamos que as famílias envolvidas na dinâmica da violência receberão direta e indiretamente os benefícios de uma intervenção que responsabiliza o agressor pelas violências e permite o desenvolvimento de maneiras assertivas para a resolução de conflitos familiares. Atender os homens em contextos de responsabilização através de grupos reflexivos psico-educativos favorece a quebra do ciclo da violência que geralmente é transmitido nas famílias às gerações seguintes.

3. ORGANIZAÇÃO DO PROJETO [DETALHAMENTO]

3.1 Objetivo geral

Promover atividades pedagógicas e psico-educativas com homens autores de violências domésticas contra as mulheres encaminhados pelos Tribunais de Justiça do

Distrito Federal. Desenvolver as ações de intervenção com base numa perspectiva

feminista de gênero voltadas para a responsabilização dos autores sobre os atos de violência cometidos, favorecendo a diminuição das reincidências pela promoção de formas assertivas para a resolução dos conflitos familiares bem como a conscientização por parte dos homens de que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos. Atuar de forma articulada à Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Distrito Federal.

3.2 Objetivos específicos	3.3 Ações	3.4 Metas/ resultados
1) Equipar os NAFAVDs com recursos materiais tecnológicos para viabilizar as atividades técnicas e administrativas;	1.1. Realização de licitação pública e compra dos materiais;	1.1 Adquirir 20 computadores, 10 impressoras, 10 projetores e 10 notebooks
2) Contratar e capacitar equipe técnica para atender homens autores de violências conjugais	2.1. Seleção e contratação de equipe técnica especializada;	2.1. Contratação de 10 psicólogos, 07 assistentes sociais, 02 sociólogos, 01 antropólogo, 06 pedagogos e um coordenador.
	2.2. Realização de curso com 60hs de capacitação para os contratados e servidores da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal.	2.2. Serão contratados 08 palestrantes para o curso de capacitação. Realização do curso de capacitação dividido em dois meses com 30hs/aula para cada mês, no quinto e sexto mês de vigência do contrato.
3) Prover o serviço de acompanhamento para a responsabilização e educação do agressor sob a perspectiva de gênero e direitos humanos. Público-alvo: homens autores de violência intrafamiliar e de gênero encaminhados pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, JECrims e TJDFT.	3.1. Acolhimento individual dos autores de violência.	3.1. Acolher no período de dezoito meses 750 homens encaminhados por processos relacionados à violência conjugal enquadrados na Lei Maria da Penha
	3.2 Realização de grupos reflexivos psico-educativos com os autores de violências doméstica contra as mulheres	3.2. Realizar no período de dezoito meses, durante a vigência do projeto, 40 grupos psico-educativos com os autores das violências conjugais com 12 sessões semanais de duração
	3.3. Encaminhamentos para atendimento em instituições de saúde e/ou a	3.3. Encaminhamentos a serem realizados conforme a

<p>4) Articulação com a rede de enfrentamento à violência contra a mulher</p>	<p>organizações não governamentais de programas de recuperação específicos em saúde mental e para o tratamento do abuso do álcool e de outras drogas.</p> <p>3.4. Informar regularmente o sistema de justiça sobre a participação e o acompanhamento dos agressores no serviço.</p> <p>3.5 Sensibilizar e estimular os operadores dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, JECrims e TJDFT sobre a necessidade da vinculação dos agressores ao processo para a efetividade do acompanhamento.</p> <p>3.6.. Realização de supervisões semanais com as equipes</p> <p>4.1. Participação em eventos e palestras nas comunidades, em especial nas escolas, visando a desconstrução dos estereótipos de gênero, a promoção da igualdade e a divulgação da Lei Maria da Penha. As palestras serão ministradas pelos especialistas técnicos dos NAFVDS e os pedagogos que ficarão responsáveis pela articulação com as Regionais de Ensino. Serão ressaltados os aspectos deletérios da socialização machista para o desenvolvimento saudável de homens e mulheres e seus efeitos danosos nas relações familiares. Também será abordada nas palestras a importância da inclusão dos homens nos programas</p>	<p>identificação da necessidade pelas equipes técnicas dos NAFVDS nos acolhimentos ou durante o acompanhamento.</p> <p>3.4. Elaboração de Relatórios Técnicos individualizados para cada homem acompanhado. Os relatórios serão direcionados ao órgão encaminhador.</p> <p>3.5. Encontros e reuniões regulares com promotores e juízes apresentando a necessidade do encaminhamento dos homens vinculado aos processos.</p> <p>3.6. Reuniões semanais com participação de toda a equipe dos NAFVDS para discussão de questões administrativas e técnicas</p> <p>4.1. Realização, no período de dezoito meses, de 50 palestras nas escolas, centros comunitários e em grupos sócio-assistenciais realizados nos CREAS e CRAS.</p>
---	--	--

5) Avaliação do projeto	de atenção à violência contra as mulheres.	
	4.2. Articulação com os sistemas de justiça, de atenção à saúde, trabalho, assistência social, educação e organizações não-governamentais nas áreas de atuação dos NAFAVDs.	4.2. Participação permanente nas reuniões das redes sociais locais, em reuniões mensais.
	4.3.- Visitas institucionais para fortalecimento da rede.	4.3. Visitas regulares às instituições locais que atuam no enfrentamento da violência contra a mulher. Estimado em três reuniões por mês para cada NAFAVD.
	5.1. Registro diário da rotina técnica e administrativa do serviço para avaliação contínua.	5.1. Registro da avaliação individual de cada homem encaminhado. Evolução em prontuário de cada intervenção técnica e administrativa realizada.
	5.2. Registro em ata das reuniões técnicas semanais	5.2. Registrar em forma de ata cada reunião semanal, totalizando cerca de 70 reuniões de equipes técnicas durante o período de vigência do contrato.
	5.3. Acompanhar e monitorar a adesão aos acompanhamentos.	5.3. Emitir cartas de solicitação de comparecimento para cada homem encaminhado a partir da segunda falta não justificada. Comunicar através de relatórios técnicos aos órgãos encaminhadores a não adesão de cada autor quando da ausência ao acompanhamento
	5.4. Avaliação quantitativa dos acolhimentos, encaminhamentos aos grupos, encaminhamentos das vítimas para apoio	5.4. Registro do número de procedimentos em formato de sinopses mensais, para cada NAFAVD. Análise do somatório dos dados de todos os NAFVDs.

	jurídico, reuniões técnicas, reuniões institucionais e palestras.	
	5.5. Avaliação qualitativa das intervenções pela aplicação de questionários semi-estruturados com agentes do sistema de justiça, instituições parceiras, profissionais dos NAFAVDs e com as vítimas e autores das violências atendidos pelo serviço	5.5. Avaliação qualitativa por questionário semi-estruturado após o acompanhamento com os homens agressores, as vítimas e os agentes do sistema de justiça.
	5.6. Análise dos dados	5.6. Avaliação quantitativa e qualitativa dos dados coletados.

3.5 Metodologia

Os profissionais serão selecionados para trabalhar nos NAFAVDs exclusivamente na responsabilização dos homens autores das violências domésticas e na promoção de formais mais assertivas de resolver conflitos domésticos junto aos mesmos. A contratação será realizada no quinto mês de vigência do convênio, após o término do processo seletivo realizado nos quatro primeiros meses. No quinto e sexto mês de vigência do convênio, os profissionais contratados terão suas horas de trabalho divididas entre a capacitação teórica, participação nas supervisões em equipe com o coordenador do projeto e a participação como observadores das intervenções práticas com os homens que já são realizadas nos NAFAVDs. A capacitação teórica será realizada em dois meses, a partir do quinto mês de vigência do convênio. Serão oito horas de capacitação teórica por semana, até o limite de trinta horas por mês, com a presença dos oito palestrantes que serão contratados. As temáticas da capacitação teórica serão referentes à compreensão do fenômeno da violência contra a mulher, seus aspectos sócio-culturais, práticos e jurídicos, bem como as teorias e práticas de inclusão dos homens autores das violências enquanto meio de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. Os contratados também participarão da supervisão semanal com o coordenador deste projeto, com duração de seis horas. As demais horas de trabalho serão cumpridas, no quinto e sexto mês de vigência deste convênio, nos próprios NAFAVDs. Dessa maneira, consideramos como parte essencial da capacitação a participação dos contratados como observadores das atividades e intervenções desenvolvidas nos NAFAVDs, considerando a experiência de sete anos deste programa na intervenção com homens autores de violências contra as mulheres. Tendo em vista que os profissionais selecionados cumprirão sua carga horária de trabalho regular a partir do quinto mês, ainda que em fase de capacitação teórica e prática, consideramos fundamental para a efetividade da capacitação e para a execução deste projeto que os mesmos sejam remunerados a partir do quinto mês de vigência do convênio. Os profissionais que serão contratados participarão da elaboração e manutenção de 2 grupos reflexivos abertos em cada NAFAVD por semestre. Cada grupo manterá de 12 a 15 integrantes por sessão. Cada homem encaminhado participará de 12 sessões, podendo ter até duas faltas justificadas. As sessões abordarão os seguintes temas: 1) Apresentação individual, definição das regras de convivência em grupo e sigilo. 2) Lei Maria da Penha. 3) A construção dos papéis sociais para homens e mulheres – Vídeo Acorda Raimundo. 4) Os tipos de comunicação: agressiva, passiva e assertiva. 5) Álcool e outras drogas. 6) As

violências. 7) Sexualidade e doenças transmissíveis. 8) Controle da raiva e agressividade. 9) Filhos. Haverá três sessões sem temas definidos a priori. Para cada homem encaminhado será emitido relatório técnico. O público-alvo do projeto será homens autores de violências domésticas encaminhados judicialmente em audiências para a participação obrigatória no serviço de responsabilização e educação do agressor. Os encaminhamentos serão feitos pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, intermediados pelo Setor de Medidas Alternativas (SEMA) de cada Promotoria de Justiça, conforme definido no Termo de Cooperação Técnica P.A. nº. 08/190.001901/08-10 de março de 2009. A primeira ação realizada será o registro deste homem como usuário do serviço, completando seu cadastro com dados como nome, endereço, telefone, estado civil e grau de instrução. Em seguida, os profissionais de Psicologia e Serviço Social farão o acolhimento individual desse autor, com a avaliação dos fatores de risco e a indicação para a participação nos grupos psico-educativos reflexivos, com enfoque de gênero e direitos humanos. Esses grupos acontecerão no espaço físico dos NAFAVDs e serão conduzidos por um psicólogo e um profissional do serviço social ou pedagogia. O trabalho em grupo será estruturado em 12 sessões em que serão discutidas diferentes temáticas, conforme apresentadas acima. Todas as sessões serão discutidas e planejadas pelos profissionais que conduzirão o trabalho, bem como discutidas após a sua realização. Será registrada a evolução individual nos prontuários de cada usuário. Toda a equipe técnica se reunirá semanalmente para discussões de caso, estudos teóricos e articulações entre os NAFAVDs e destes com a rede de enfrentamento a violência contra a mulher. Estas reuniões darão suporte teórico-prático aos trabalhos desenvolvidos nos serviços de responsabilização e educação do agressor. As parcerias com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e o Ministério Público são fundamentais para que possamos manter um diálogo constante sobre o acompanhamento do agressor tanto no NAFAVD quanto nos sistemas de justiça. Por fim, a parceria com o Centro de Referência Especializado em Assistência Social, CREAS, funcionará enquanto opção de encaminhamento dos casos em que forem identificadas vulnerabilidades sociais no contexto familiar dos envolvidos.

4. SUSTENTABILIDADE

4.1. Como as organizações vão participar do projeto

A Secretaria de Estado da Mulher: organização proponente, responsabiliza-se pela execução do projeto, sendo aos serviços NAFAVDs e Centros de Referência de Atendimento à Mulheres dada a responsabilidade de atender os homens e mulheres em situação de violência doméstica. Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher fornecerão o espaço para o atendimento das mulheres vítimas de violências encaminhadas pelos NAFAVD, bem como outras mulheres encaminhadas pelos parceiros da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres. Os profissionais contratados com a verba deste convênio atuarão nos NAFAVDs exclusivamente no acompanhamento e intervenções com os homens. A contrapartida dos NAFAVDs está na realização de Seminários que buscarão a sensibilização da sociedade, por meio do conhecimento ao trabalho, apresentação da metodologia a ser empregada, controle social e avaliação pelos parceiros. Há também a participação pela SEM-DF do quadro atual: nove psicólogos, dois assistentes sociais e nove agentes sociais. Após o término do contrato, a equipe voltará a desempenhar as atividades com a capacidade atual de atendimentos. Ressalta-se que os NAFAVDs já atuam em nove regiões administrativas do Distrito Federal. Com a verba do convênio será aberto mais um NAFAVD na região administrativa de São Sebastião, a partir do remanejamento de servidores efetivos do quadro da Secretaria de Estado da Mulher do Distrito Federal. Após o fim do convênio, os NAFAVDs voltarão a atender a nove regiões administrativas do Distrito Federal.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do Termo de Cooperação

Técnica P.A. nº. 08/190.001901/08-10, assinado em março de 2009, tem como responsabilidade disponibilizar espaços para os NAFAVDs, nas Promotorias ou nos espaços cedidos ao MPDFT, com vista à realização das atividades técnicas e administrativas necessárias ao atendimento dos homens autores de violência doméstica e familiar. Com este projeto será possível fortalecer esta parceria já estabelecida seja incrementando, por parte dos NAFAVDs, a capacidade de atendimento aos homens, seja pela melhor articulação como o sistema de justiça, estabelecendo rotina de reuniões periódicas com o objetivo de conscientizar promotores, juízes e operadores do direito da importância do encaminhamento judicial dos homens autores de violências contra as mulheres para participarem obrigatoriamente dos serviços de responsabilização e educação.

Os CREAS: Centro Especializado de Referência da Assistência Social enquanto opção de encaminhamento dos casos em que forem identificadas vulnerabilidades sociais.

4.2. Como o projeto pretende interagir com políticas públicas:

A Secretaria de Estado da Mulher tem como eixo estratégico defender e ampliar os direitos da mulher por meio da formulação, implementação e integração de políticas públicas. Dessa forma, há ações definidas que precisam ser articuladas com diferentes políticas públicas de Trabalho, Educação, Saúde, Habitação. Especialmente, tem-se como ação prevista, a realização das conferências locais e a distrital da mulher, a elaboração de política Distrital dos Direitos da Mulher, bem como a articulação da apresentação do Projeto de Lei para a inclusão da Secretaria na Lei Orgânica. Como parte das atividades dos NAFAVDs serão realizadas reuniões periódicas com os demais parceiros da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e também com as redes comunitárias.

4. 3. Como o projeto será divulgado/comunicação

Serão realizadas reuniões técnicas de apresentação do projeto com os agentes dos Ministérios Públicos e Tribunais de Justiça do Distrito Federal e Territórios a fim de conscientizar promotores, juízes e operadores do direito da importância do encaminhamento judicial aos agressores para participarem obrigatoriamente dos serviços de responsabilização e educação. Profissionais de Ciências Sociais serão os responsáveis pela condução de estudos sobre os contextos sociais em que cada NAFAVD está inserido e participarão do diálogo com os sistemas de justiça, que fundamentarão posteriormente a elaboração de metodologias de comunicação e divulgação do serviço mais claras e eficientes. Divulgações também serão feitas de modo a mobilizar e articular as instituições da rede de enfrentamento a violência contra as mulheres, como os Centros de Referência de Atendimento às Mulheres e os CREAS. Essa articulação com a rede será possibilitada a partir de reuniões com as diversas instituições, bem como participação nas reuniões das redes locais de cada região administrativa e a realização de palestras. Há também a realização de um Seminário de Apresentação do referido Projeto e um Seminário de Avaliação, ambos desenvolvidos como contrapartida da proposta.

5. AVALIAÇÃO DO PROJETO

5.1. Como o Projeto pretende realizar avaliações processuais/ acompanhamento?					Monitoramento do Proponente	
Objetivos específicos	Perguntas de avaliação	Indicadores quantitativos	Indicadores qualitativos	Fontes de informação	Forma de coleta/registro de dados	Periodicidade
<p>Avaliar o serviço em função da articulação com os diferentes sistemas de justiça, como Ministério Público e Tribunal de Justiça.</p> <p>Avaliar o serviço a partir das perspectivas e opiniões dos cumpridores e seus familiares.</p>	<p>- Como tem se efetivado o diálogo com os sistema de justiça?</p> <p>- As demandas do sistema de justiça estão sendo atendidas pelo serviço? Tais demandas estão de acordo com a proposta do serviço?</p> <p>- Tem sido identificadas reincidências dos casos encaminhados?</p> <p>- Nos casos de reincidências, como tem sido o diálogo entre o sistema de justiça e o serviço?</p>	<p>- Registro do número de reuniões técnicas semanais, das reuniões periódicas entre os sistema de justiça e a equipe técnica do serviço, registro do número de reuniões institucionais com a rede; número de reuniões nas redes sociais locais.</p> <p>- Registro das reuniões eventuais entre gestores e conselheiros da Secretaria de Estado da Mulher e as gestões dos sistemas de justiça.</p> <p>- Registro do número e das funções dos agentes do sistema de justiça engajados no projeto.</p> <p>- Registro das ações realizadas em conjunto com o sistema de justiça, como campanhas de conscientização, tardes de reflexão, entre outras propostas construídas nas reuniões em</p>	<p>- Aplicação de questionários semi-estruturados com os agentes do sistema de justiça a fim de verificar a percepção desses sobre o projeto desenvolvido. Relatos crítico-descritivos das ações realizadas para que se possa avaliar a participação dos agentes do sistema de justiça e dos profissionais do serviço nas reuniões e nas atividades propostas.</p>	<p>-Analistas judiciários, técnicos, juizes e promotores do sistema de justiça.</p> <p>- Especialistas e agentes sociais/técnicos administrativos do NAFVD</p>	<p>- Registro de todas as reuniões realizadas a partir da elaboração de atas, listas de presença e relatórios finais dos trabalhos desenvolvidos.</p>	<p>O monitoramento desses indicadores quantitativos e qualitativos será feito a cada 2 meses.</p>

		parceria com o sistema de justiça.				
	<p>- O serviço contribuiu para facilitar o diálogo entre o cumpridor e o sistema de justiça?</p> <p>- A orientação ao cumpridor e seus familiares respondeu as expectativas desses?</p> <p>- A intervenção técnica nos grupos de educação e responsabilização para o agressor possibilitou mudanças de paradigma ao cumpridor e seus familiares?</p>	<p>- Registro de todos os procedimentos realizados com o cumpridor, como acolhimento, atendimentos individuais e em grupo.</p> <p>- Registro de todos os procedimentos realizados com os familiares do cumpridor, como acolhimentos, atendimentos e encaminhamentos para as instituições da rede de enfrentamento a violência contra a mulher.</p> <p>- Registro de todos os encaminhamentos sugeridos e efetivados ao cumpridor.</p> <p>- Contabilização dos encaminhamentos os feitos e não efetivados.</p> <p>- Registro do tempo de duração do acompanhamento de cada cumpridor e seus familiares no serviço.</p> <p>- Caracterização dos usuários atendidos por meio de dados sócio-demográficos e processuais.</p>	<p>Construção e aplicação de questionários de entrevistas semi-estruturadas com os cumpridores e seus familiares a fim de verificar a percepção desses sobre o acompanhamento.</p> <p>- Relatos crítico-descritivos dos procedimentos realizados com os cumpridores e seus familiares para que se possa avaliar a participação desses no serviço.</p>	<p>- Os cumpridores e seus familiares;</p> <p>- As instituições da rede de enfrentamento a violência contra a mulher;</p> <p>- Agentes do sistema de justiça.</p>	<p>- Registro de todos os procedimentos realizados com o cumpridor e seus familiares em seus respectivos prontuários.</p> <p>- Arquivamento de todos os ofícios enviados e recebidos a respeito dos encaminhamentos realizados.</p> <p>Elaboração de documentos técnicos e jurídicos, tais como laudos, relatórios, petições, despachos, etc.</p> <p>- Diário de bordo de observação participante</p>	<p>O monitoramento desses indicadores quantitativos e qualitativos será feito a cada 2 meses.</p>
<p>(3.2.3) Avaliar como tem se estruturado o monitoramento e o acompanhamento dos trâmites judiciais</p>	<p>- Como o serviço desenvolvido contribui para o cumprimento das determinações judiciais?</p> <p>- Como o serviço atua na responsabilização penal do</p>	<p>- Registro dos cumprimentos e descumprimentos das determinações judiciais pelos autores.</p> <p>- Registro do número e de</p>	<p>Aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas com os cumpridores e seus familiares a fim de verificar a percepção desses sobre</p>		<p>- Registro de todas as informações sobre o cumpridor em seu prontuário.</p> <p>- Listas de frequência para os participantes nas atividades</p>	<p>O monitoramento desses indicadores quantitativos e qualitativos será feito a cada 2</p>

relacionados ao cumpridor.	cumpridor? Como o serviço articula as determinações judiciais de execução da pena com a convivência comunitária do cumpridor?	entidades parceiras e suas características no trabalho com o cumpridor.	as atividades propostas. Aplicação de questionários e entrevistas semi-estruturadas com as instituições parceiras a fim de verificar a percepção dessas sobre os resultados dos encaminhamentos.		realizadas. - Relatórios de todas as atividades desenvolvidas pelo serviço. Termos de cooperação com as entidades parceiras e atas das reuniões com as mesmas.	meses.
		Registro das reuniões periódicas com Conselhos de Direitos e Redes Sociais Comunitárias, bem como a documentação de participação em eventos comunitários.	- Entrevista semi-estruturada com os participantes destas reuniões	Equipe técnica, equipe do sistema de justiça, cumpridores, redes sociais comunitárias	Atas de reuniões realizadas e relatórios gerados em eventos comunitários	O monitoramento desses indicadores quantitativos e qualitativos será semestral

6. CRONOGRAMA

Objetivos Específicos	Ações	Meses											
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1) Equipar os NAFAVDs com recursos materiais tecnológicos para viabilizar as atividades técnicas e administrativas;	1.1. Realização de licitação pública e compra dos materiais;	X	X	X	X	X	X						
2) Contratar e capacitar equipe técnica para	2.1. Análise sobre o formato de contratação da equipe	X	X	X	X	X							

[illegible]

[illegible]

Objetivos Específicos	Ações	Meses											
		13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
3) Prover o serviço de acompanhamento para a responsabilização do agressor e educação sob a perspectiva de gênero e direitos humanos das mulheres voltado para homens autores de violência intrafamiliar e de gênero encaminhados pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, JECrims e TJDFT.	3.1. Acolhimento individual dos autores de violência.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	3.2 Realização de grupos reflexivos psico-educativos com os autores de violências doméstica contra as mulheres	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	3.3. Encaminhamentos para atendimento em instituições de saúde e/ou a organizações não governamentais de programas de recuperação específicos em saúde mental e para o tratamento do abuso do álcool e de outras drogas,	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	3.4. Informar regularmente o sistema de justiça sobre a participação e o acompanhamento dos agressores no serviço.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	3.5 Sensibilizar e estimular os operadores dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, JECrims e TJDFT sobre a necessidade da vinculação dos agressores ao processo para a efetividade do acompanhamento.												
	3.6.. Realização de supervisões semanais com as equipes	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

*** Justificativa: Considerando a necessidade de estar apresentando contrapartida financeira, a Secretária disponibiliza a realização de dois Seminários, um no início do processo de implementação do projeto e outro ao final, como forma de ampliar a divulgação para a sociedade, apresentar o projeto aos demais parceiros envolvidos, construir consensos, contribuir com a sensibilização da sociedade acerca do tema, ampliar mecanismos de participação e controle social dos recursos investidos no Distrito Federal.

7.2 Detalhamento dos custos

Tabela I

Cotação Material Permanente

MATERIAL	EMPRESA 1 (Valor Un.)	EMPRESA 2 (Valor Un.)	EMPRESA 3 (Valor Un.)	MÉDIA (Valor Un.)
Computador – Configuração Básica Processador Pentium Intel Dual core Memória RAM 2Gb HD 500 Gb Gravadora de DVD Monitor 21,5 polegadas Led Teclado Mouse Windows 7.	1.049,00	1.049,00	1.049,00	1.049,00
Impressora Multifuncional Officejet j4660 Mem. Int. 16Mb;	369,90	315,00	349,00	344,63

<p>Vel, Máx. Imp. P&B(ppm) 28; Vel, Máx. Imp.cor(ppm) 22; Res. De Imp. – P&B 600x600 ppp; Res. De Imp. – cor 4800x1200 ppp(papel fotográfico); Res. Ópt. – Digitalização 1200 ppp; Redução/Ampliação da cópia 25 a 400%; Vel. Máx. cópia P&B(cpm) 28; Vel. Máx. cópia cor(cpm) 28; Nº Máx. de cópias por original 90; Memória do faz até 100 páginas; Ciclo de trabalho até 3000; Compatível com Mac sim;</p>				
<p>Projeto Multímedia Epson S10 2600 Lumens Formato de exibição 4:3</p> <p>Tecnologia LCD</p> <p>Compatível com HDTV Não</p> <p>Características Gerais Conectividade</p> <ul style="list-style-type: none"> - UBS Tipo B - Computador (VGA) - Vídeo Composto RCA - S-Vídeo - Vídeo Composto (VGA) - Vídeo RGB - Monitor Externo 	1.865,00	1.985,00	1.950,00	1.933,33
<p>Notebook Core i3/ HD 320 GB/ Memória 3GB DDR 2/ Tela de 14 Polegadas.</p>	1.399,00	1.399,00	1.399,00	1.399,00

Tabela I.I

Especificação do Material Permanente			
MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR MÉDIO	TOTAL
Computador – Configuração Básica Processador Intel Pentium Dual core Memória RAM 2Gb HD 500 Gb Windows 7 Gravadora de DVD Monitor 21.5 polegadas Led	20	R\$ 1.049,00	R\$ 20.980,00
Impressora Multifuncional Officejet j4660	10	R\$ 344,63	R\$ 3.446,30
Projeto Multímedia Epson S10 2600 Lumens	10	R\$ 1.933,33	R\$ 19.333,30
Notebook Core i3/ HD 320GB/Mem. 3GB/14 polegadas	10	R\$ 1.399,00	R\$ 13.990,00
TOTAL			R\$ 57.749,60

Justificativa: Os computadores e impressoras serão utilizados para arquivo e documentação de dados do NAFVD por parte dos técnicos administrativos e agentes sociais, além de servir para confecção de documentos e relatórios técnicos pelos profissionais técnicos. Os *notebooks* e projetores serão usados para capacitação permanente da equipe, nas atividades dos grupos reflexivos e reuniões com parceiros da rede de enfrentamento da violência contra a mulher.

Tabela II

COTAÇÃO Material de Consumo				
MATERIAL	EMPRESA 1	EMPRESA 2	EMPRESA 3	MÉDIA
Cartucho de tinta Cartucho HP 901 Preto	39,90	39,50	38,70	39,36
Cartucho HP 901 Colorido	65,90	65,24	63,92	65,02
Apostilas /100 páginas 50FLS F/V	14,00	21,50	18,50	18,00

Tabela II.I

ESPECIFICAÇÃO do Material de Consumo			
MATERIAL	QUANTIDADE	VALOR	TOTAL/ANO

		UNITÁRIO	
Cartucho de tinta Cartucho HP 901 Preto	10/mês x 18	R\$ 39,36	R\$ 7.084,80
Cartucho HP 901 Colorido	10/mês x 18	R\$ 65,02	R\$11.703,60
Apostilas /100 páginas 50FLS F/V	110	R\$18,00	R\$1.980,00
TOTAL CONSUMO			R\$20.768,40

Justificativa: Os cartuchos serão usados para impressão dos documentos elaborados pela equipe e foram orçados de acordo com a necessidade da impressora. Por isso, a previsão de renovação deste material mensalmente (Cartuchos). E quanto ao modelo apresentado, este foi considerado o mais viável, pois a impressora possui todas as funções necessárias para o bom andamento do projeto: fax, telefone, *scanner* e impressora. As apostilas correspondem ao material previsto para capacitação do quadro de profissionais envolvidos no projeto. Também prevê a participação de todos os funcionários da Secretaria da Mulher em parte do curso. Consideramos que toda a equipe da Secretaria de Estado da Mulher deverá ser incluída em parte da capacitação uma vez que todos os programas de intervenção desenvolvidos na instância de atuação desta Secretaria, a saber, Casa Abrigo, Centro de Referência de Atendimento à Mulher e NAFVD, desempenham funções complementares ao acompanhamento dos homens autores das violências. Da mesma forma, consideramos fundamental que os funcionários dos outros setores da Secretaria, como Subsecretaria de Políticas Públicas e Gabinete, por exemplo, participem da discussão e da compreensão da violência contra mulher enquanto um fenômeno social e relacional que demanda a necessidade de acompanhar os autores das violências em um serviço de responsabilização e psico-educativo com enfoque de gênero.

Tabela III

COTAÇÃO dos Serviços de Terceiros – Pessoa Física		
PROFISSIONAIS QUE SERÃO CONTRATADOS	Valor Limite - Portaria Nº 216 de 27 de maio de 2011(Departamento Penitenciário Nacional)	Valor limite
Psicólogos	R\$ 3.000,00	
Serviço Social	R\$ 3.000,00	
Sociólogos	R\$ 3.000,00	
Antropólogos	R\$ 3.000,00	
Pedagogos	R\$ 3.000,00	
Coordenador	R\$ 4.000,00	

*** Palestrantes (Curso de Capacitação 60H)		R\$ 300,00 Hora Aula
--	--	-------------------------

Justificativa: *** Serão dois módulos de 30 horas. Os palestrantes terão a formação acadêmica mínima de doutorado e com notório reconhecimento público no que concerne a pesquisas, intervenções e atuação no enfrentamento à violência contra as mulheres e na promoção de intervenções com homens autores de violências domésticas.

Tabela III.I

ESPECIFICAÇÃO dos Serviços de Terceiros – Pessoa Física			
PROFISSIONAIS QUE SERÃO CONTRATADOS	QUANTIDADE	VALOR MENSAL ou DO SERVIÇO	VALOR TOTAL
Psicólogos	10	R\$ 3.000,00 x 20	R\$ 600.000,00
Serviço Social	07	R\$ 3.000,00 x 20	R\$ 420.000,00
Sociólogos	02	R\$ 3.000,00 x 20	R\$ 120.000,00
Antropólogos	01	R\$ 3.000,00 x 20	R\$ 60.000,00
Pedagogos	06	R\$ 3.000,00 x 20	R\$ 360.000,00
Coordenador	01	R\$ 4.000,00 x 20	R\$ 80.000,00
Palestrantes (Curso de Capacitação 60H)	08	R\$ 300,00 H/A	R\$ 18.000,00
TOTAL RECURSOS HUMANOS	35		R\$ 1.658.000,00

Justificativa: O quadro de pessoal foi pensada de acordo com os objetivos, ações e metas do projeto detalhadas no item 3.

TABELA V

MEMÓRIA DE CÁLCULO			
Especificação	Concedente	Proponente	Total
Equipamentos / Material permanente	R\$ 57.749,60		R\$ 57.749,60
Material de consumo e Gráfico	R\$ 20.768,40		R\$ 20.768,40
Serviços de terceiros – Pessoa física	R\$ 1.658.000,00		R\$ 1.658.000,00
INSS Patronal	R\$ 331.600,00		R\$ 331.600,00
Seminários		R\$ 318.077,57	R\$ 318.077,57
			R\$ 2.386.195,57

Tabela IV- Realização dos Seminários

Orçamento	Empresa	Seminário de apresentação do projeto	Seminário de Avaliação do projeto	VALOR	CNPJ
1	EMPRESA 1	R\$ 119.694,24	R\$ 198.383,33	R\$ 318.077,57	10.359.163/0001-14
2	EMPRESA 2	R\$ 141.350,00	R\$ 208.580,00	R\$ 349.930,00	13.465.721/0001-19
3	EMPRESA 3	136.060,00	199.290,00	R\$ 335.350,00	10.301.806/0001-73

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Meta	Etapas/ Fase	Especificação	Indicadores Físicos	Quantidade:	VALOR	Duração	
I	I	Equipar os NAFAVDs com recursos materiais tecnológicos para viabilizar as atividades técnicas e administrativas	Impressora,	10	R\$ 57.749,60	1º.mês	6º. mês
			Computador,	20			
			Notebook	10			
			Projektor	10			
I	II		Bens de Consumo (Cartuchos de Impressão);	Cartuchos de Impressão	R\$ 18.788,40	7º. Mês	24º. Mês
			Apostilas /100 páginas 50FLS F/V	360	R\$ 1.980,00	1º. Mês	5º. Mês
II	I	Contratar e capacitar a equipe técnica para:	Profissionais especialistas conforme as normas das Diretrizes Gerais para Implantação do Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor/SPM	27	R\$ 1.989.600,00	5o.Mês	24o. Mês
	II	a) Prover o serviço de acompanhamento para a responsabilização do agressor e educação sob a perspectiva de gênero e direitos humanos das mulheres voltado para homens autores de violência intrafamiliar e de gênero encaminhados pelos Juizados de Violência encaminhados pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, JECrims e TJDF					
	III	Palestrantes com formação acadêmica de doutorado e de notórios conhecimento teóricos e práticos no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres				5º. Mês	6º. Mês

III	I	Realização dos Seminários de Apresentação e Avaliação do Projeto		2	R\$ 318.077,57	4o.Mês	24o. Mês
					R\$ 2.386.195,57		

9. PLANO DE APLICAÇÃO

Natureza da despesa	Especificação	Total R\$	Proponente	Concedente
Código				
339036	Manutenção Administração de Pessoal(Pessoa Física - Profissionais)	R\$ 1.658.000,00		R\$ 1.658.000,00
	Capacitação (Pessoa Física - Palestrantes)			
449052	Aquisição de Bens permanentes	R\$ 57.749,60		R\$ 57.749,60
339030	Aquisição de Bens de Consumo (cartuchos)	R\$ 20.768,40		R\$ 20.768,40
	Apostilas /100 páginas 50FLS F/V			
339032	Realização dos Seminários	R\$ 318.077,57	R\$ 318.077,57	
339047	INSS patronal	R\$ 331.600,00		R\$ 331.600,00
Total			R\$ 318.077,57	R\$ 2.068.118,00
Total do projeto			R\$	2.386.195,57

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE

10.1. CONCEDENTE	
Meta	Mês Dezembro /2011
I/II	R\$ 1.654.494,40
Meta	Mês Abril / 2012
I/II	R\$ 413.623,60
TOTAL	R\$ 2.068.118,00

PROPONENTE

10.2. PROPONENTE						
Meta	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
	/ano 1	/ano 1	/ano 1			/ano 1
I	--	--	--	--	--	--
II	--	--	--	--	--	--
III	--	--	--	--	--	119.694,24
Meta	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
	/ano 1	/ano 1	/ano 1	/ano 1	/ano 1	/ano 1
I	--	--	--	--	--	--
II	--	--	--	--	--	--
III	--	--	--	--	--	--
Meta	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
	/ano 2	/ano 2	/ano 2	/ano 2	/ano 2	/ano 2
I	--	--	--	--	--	--
II	--	--	--	--	--	--
III	--	--	--	--	--	--
Meta	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
	/ano 2	/ano 2	/ano 2	/ano 2	/ano 2	/ano 2
I	--	--	--	--	--	--
II	--	--	--	--	--	--
III	198.383,33	--	--	--	--	--

Total: R\$ 318.077,57